

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766/2017

EMENDA MODIFICATIVA

Modifiquem-se o inciso IV do artigo 2º e o inciso II do artigo 3º da Medida Provisória nº 766/2017 para esta redação:

Art. 2º ...

IV - pagamento da dívida consolidada em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas, calculadas de modo a observar os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

...

d) da trigésima sétima prestação em diante – percentual correspondente ao saldo remanescente, em até cento e quarenta e quatro prestações mensais e sucessivas.

...

Art. 3º ...

II - pagamento da dívida consolidada em até cento e oitenta parcelas mensais e sucessivas, calculadas de modo a observar os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor consolidado:

...

d) da trigésima sétima prestação em diante – percentual correspondente ao saldo remanescente, em até cento e quarenta e quatro prestações mensais e sucessivas.

...

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do inciso IV do artigo 2º e do inciso II do artigo 3º da Medida Provisória prevê o prazo máximo de pagamento da dívida consolidada em até 120 parcelas mensais e sucessivas. Entendemos que, (a) não existindo qualquer outro benefício para atrair o pagamento pelos contribuintes em débito (não há previsão de desconto de multa e juros) e (b) frente à grave crise econômica atual, o prazo de pagamento deve ser maior que o proposto pelo Poder Executivo.

Assim, propomos o prazo de 180 parcelas mensais. Com isso, mais contribuintes serão atraídos pelo Programa, aumentando as perspectivas de recebimento pelo



Poder Público, sem sacrificar recursos dos particulares que poderão ter outros destinos, inclusive novos investimentos, que colaborarão na retomada da atividade econômica.

Por todos esses motivos, propõe-se a modificação do dispositivo referido, pedindo-se o apoio do nobre Relator e dos membros da Comissão Mista para a aprovação desta proposta.

Sérgio Souza
PMDB/PR



CD/17984.58608-30